

Feiras livres e relações socioespaciais: uma análise teórica sobre o comércio no espaço urbano brasileiro

Open-air markets and socio-spatial relations: a theoretical analysis of commerce in Brazilian urban space.

Karine Cássia Queiroz Silva 

Doutoranda em Geografia

Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

karinekassiaqueirozsilva@yahoo.com.br

Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha 

Doutoranda em Geografia

Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

vanessatamiris@gmail.com

Carlos Alexandre de Bortolo 

Doutor em Geografia

Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

carlos.bortolo@unimontes.br

Luiz Andrei Gonçalves Pereira 

Doutor em Geografia

Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

luiz.goncalves@unimontes.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as feiras livres a partir de sua dimensão socioespacial, compreendendo seu papel na produção do espaço urbano e na articulação entre práticas econômicas, sociais e territoriais. Para tanto, adotou-se como procedimento metodológico a revisão integrativa de literatura, de natureza teórico-bibliográfica, fundamentada em autores como Garcia (1992), Costa e Cleps (2003), Mascarenhas e Dolzani (2008), Guimarães (2010), Vasconcelos Filho (2016), Oliveira e Lima (2017), Romcy *et al.* (2021) e Rover, Pugas e Souza (2022). A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio da leitura de trabalhos científicos disponíveis nas plataformas *Google Scholar* e *SciELO*, utilizando os descritores: feiras livres, comércio urbano, abastecimento alimentar, economia local, agricultura familiar, cidade, espaço urbano, mercado e novas centralidades. Considera-se que, no contexto urbano brasileiro, as



<https://doi.org/10.28998/contegeo.11i.26.20776>

Artigo publicado sob a [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 12/03/2026

Aceito em: 08/07/2026

Publicado: 05/08/2026

e-Location: 20776

feiras livres desempenham papel fundamental na articulação entre produção e consumo, especialmente no fortalecimento da agricultura familiar e dos circuitos curtos de comercialização, além de se configurarem como espaços relevantes de sociabilidade, identidade cultural e organização socioespacial das cidades.

Palavras-chave: cidade; comércio; feiras livres.

Abstract

The objective of this study is to analyze open-air markets from a socio-spatial perspective, understanding their role in the production of urban space and in the articulation of economic, social, and territorial practices. To this end, an integrative literature review—theoretical and bibliographic in nature—was adopted as the methodological approach, drawing on authors such as Garcia (1992), Costa and Cleps (2003), Mascarenhas and Dolzani (2008), Guimarães (2010), Vasconcelos Filho (2016), Oliveira and Lima (2017), Romcy et al. (2021), and Rover, Pugas, and Souza (2022). The bibliographic research involved reviewing scientific papers available on Google Scholar and SciELO, using the following keywords: open-air markets, urban commerce, food supply, local economy, family farming, city, urban space, market, and new centralities. It is argued that, within the Brazilian urban context, open-air markets play a fundamental role in linking production and consumption—particularly by strengthening family farming and short supply chains—while also serving as significant spaces for sociability, cultural identity, and the socio-spatial organization of cities.

Keywords: city; commerce; open-air markets.

INTRODUÇÃO

As populares “feirinhas” constituem-se como fenômeno socioeconômico historicamente consolidado, conectado à economia, ao espaço e às práticas sociais. Mais do que simples ambientes de compra e venda, expressam uma diversidade de cores, sons, hábitos e diálogos que estruturam o cotidiano urbano. A expressão “fazer a feira” ultrapassa o sentido literal da aquisição de produtos, pois carrega valores simbólicos e práticas socialmente construídas, configurando-se como um arranjo social no qual se estabelecem trocas materiais e imateriais.

O termo “feira” deriva do latim *feria*, que significa “dia de festa”, estando associado, no plural, aos dias de repouso em que ocorriam festividades. Esses momentos eram aproveitados para a realização de atividades comerciais. Ou seja, a feira pode ser compreendida como a reunião de vendedores e compradores, em local e horário definidos, para a realização de práticas comerciais (Giannecchini, Azevedo e Botelho, 2007).

O “dia de feira” adquire significado que transcende a transação econômica. Conforme Guimarães (2010), trata-se de um momento de integração social, com características que se aproximam de uma festividade. A pechincha, a permuta e o “dedo de prosa”, conforme destacam Moraes e Araújo (2006), configuram práticas tradicionais que reforçam a dimensão coletiva desses encontros.

A partir dessas considerações, coloca-se a seguinte pergunta de pesquisa, que orienta o horizonte deste estudo: de que maneira as feiras livres, enquanto práticas socioespaciais, contribuem para a produção e organização do espaço urbano no contexto brasileiro? Diante disso, o presente trabalho objetiva analisar as feiras livres a partir de sua dimensão socioespacial, compreendendo seu papel na produção do espaço urbano e na articulação entre práticas econômicas, sociais e territoriais.

Convém destacar que, o estudo não pretende esgotar a diversidade das feiras livres no território brasileiro, mas sim, analisá-las a partir de um recorte teórico centrado nas relações socioespaciais, privilegiando sua articulação com a produção do espaço urbano e com as dinâmicas do comércio.

Embora existam importantes contribuições acerca das feiras livres no âmbito da Economia e da Sociologia, observa-se que ainda são limitadas as análises que as examinam de forma integrada sob a perspectiva geográfica, considerando simultaneamente produção, circulação e organização espacial. Parte significativa da literatura privilegia abordagens mercantis ou produtivas isoladas, sem aprofundar suas implicações territoriais.

Desse modo, o presente estudo propõe uma releitura das feiras livres enquanto fenômeno socioespacial que articula redes locais de abastecimento, compreendendo sua permanência não apenas como expressão de uma prática tradicional, mas também como uma estratégia de inserção econômica e de reorganização do espaço urbano brasileiro.

Nesse contexto, a relevância da pesquisa consiste em ampliar o diálogo entre as feiras livres e a Geografia, reconhecendo-as como um objeto legítimo de investigação científica e evidenciando o potencial analítico das categorias econômicas e territoriais para a compreensão das transformações que se processam no espaço.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa de literatura, de natureza teórico-bibliográfica, conduzida de forma sistematizada, com abordagem qualitativa, voltada à identificação, seleção, análise e síntese de produções acadêmicas relacionadas ao papel socioeconômico das feiras livres na organização urbana e nas dinâmicas de abastecimento. O recorte temporal adotado compreende obras publicadas entre 1990 e 2022, período que contempla tanto produções clássicas acerca da formação dos mercados e das relações comerciais nas cidades quanto estudos recentes vinculados às transformações contemporâneas do comércio varejista, da agricultura familiar e da reestruturação urbana.

A busca bibliográfica foi realizada nas plataformas *Google Scholar* e *SciELO*, utilizando-se, de forma isolada e combinada, os seguintes descritores: feiras livres, comércio urbano, abastecimento alimentar, economia local, agricultura familiar, cidade, espaço urbano, mercado e novas centralidades. A partir dessa estratégia, foi identificado um conjunto expressivo e diversificado de publicações.

Convém ressaltar que o número de trabalhos disponíveis nessas bases é dinâmico e varia conforme os critérios de busca, idioma e recorte temporal adotados. Nesse sentido, levantamentos anteriores indicam que a produção acadêmica sobre feiras livres já ultrapassa a casa das centenas de trabalhos, demonstrando a consolidação do tema no campo científico.

Diante desse universo amplo, optou-se por um processo de seleção criterioso, que resultou na identificação inicial de 114 trabalhos. A seleção das obras seguiu critérios objetivos de inclusão e exclusão previamente definidos. Foram incluídos: (a) trabalhos clássicos e contemporâneos que discutem o comércio nas cidades e a formação histórica dos mercados; (b) produções acadêmicas que abordam as feiras livres como fenômeno econômico, urbano ou social; (c) textos com reconhecida relevância teórica na literatura científica; (d) publicações disponíveis integralmente em bases digitais confiáveis; (e) trabalhos publicados em português, espanhol ou inglês.

Foram excluídos: (a) textos sem relação direta com a temática das feiras livres ou com as dinâmicas de comércio e abastecimento; (b) produções de caráter exclusivamente jornalístico ou opinativo; (c) materiais sem autoria identificada ou sem vinculação institucional; (d) obras repetidas ou com contribuições teóricas redundantes.

Na etapa de triagem inicial, realizada por meio da leitura de títulos, resumos, palavras-chave e dados de publicação, foram excluídos 52 trabalhos por não atenderem aos critérios estabelecidos. Em seguida, procedeu-se à leitura integral das produções pré-selecionadas, etapa na qual foram excluídos 8 estudos adicionais, em função de inadequação ao recorte analítico ou baixa aderência ao problema de pesquisa.

Desse modo, o corpus final da análise foi composto por 54 trabalhos, considerados relevantes para a compreensão das feiras livres sob a perspectiva socioespacial. Esses estudos foram sistematizados e analisados a partir da identificação de conceitos centrais, tais como mercado, centralidade urbana, circulação de mercadorias, economia local, abastecimento e relações campo–cidade.

Para conferir maior transparência à organização da revisão, o quadro 1 apresenta a distribuição dos trabalhos segundo os principais eixos temáticos identificados durante a análise.

Quadro 1 - Distribuição dos estudos por eixos temáticos.

Eixo temático	Aspectos abordados	Quantidade de estudos
Trajetória histórica das feiras livres	Origem das feiras, evolução histórica, comércio medieval, formação urbana.	10
Agricultura familiar e comercialização	Agricultura familiar, circuitos curtos, políticas públicas, comercialização, atravessadores.	17
Sociabilidade e territorialidade	Relações sociais, cultura, identidade, territorialidade, redes de sociabilidade.	11
Feiras livres no espaço urbano brasileiro	Organização espacial, centralidade urbana, patrimônio cultural, contexto brasileiro.	16
Total		54

Org.: Autores, 2026.

Com base nessa sistematização, procedeu-se à análise temática das produções, contemplando quatro eixos interpretativos: (i) trajetória histórica das feiras livres; (ii) agricultura familiar e comercialização; (iii) sociabilidade e territorialidade, e (iv) feiras livres no espaço urbano brasileiro. Essa organização possibilitou a construção de uma análise comparativa e interpretativa das diferentes abordagens presentes na literatura, constituindo o quadro analítico que fundamenta a discussão apresentada nas seções seguintes.

AS INTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS ENTRE A CIDADE E O COMÉRCIO

Para compreender o papel da cidade na formação dos mercados e nos processos de troca, é fundamental reconhecer que a cidade constitui um fenômeno histórico anterior e, ao mesmo tempo, contemporâneo ao surgimento dos sistemas de comercialização de bens e serviços.

Ao longo do tempo, a relação entre cidade e mercado passou por transformações significativas, especialmente à medida em que as práticas comerciais foram sendo institucionalizadas. Conforme Freire (2011), as formas de troca estabelecidas nas sociedades antigas sofreram modificações progressivas, acompanhando mudanças nas estruturas sociais e econômicas.

A atividade comercial, definida como a troca direta ou indireta de bens e serviços, tem suas origens associadas ao surgimento da produção excedente e ao desenvolvimento de instrumentos como moedas, medidas e pesos padronizados. Tais transformações estiveram diretamente vinculadas ao crescimento das cidades e às mudanças socioeconômicas que marcaram diferentes períodos históricos (Silva; Cleps, 2009).

Para Cleps (2006, p.120), “a troca pode ser entendida como uma atividade que nasce com os homens e, para que ela acontecesse era preciso que ocorresse o encontro desses homens”, evidenciando que o comércio pressupõe proximidade e interação.

No processo de institucionalização dos mercados, a troca de mercadorias passou a implicar não apenas transações econômicas, mas também contato social, negociação e comunicação. Freire (2011) ressalta que o regateio de preços e valores envolve “troca de informações, conversas, acordos e linguagens”, configurando o mercado como espaço de sociabilidade. Esse papel foi decisivo no desenvolvimento das cidades medievais, que se consolidaram como centros ativos de troca, sobretudo após o renascimento comercial.

Durante o período feudal, segundo Cleps (2006), o comércio assumia duas formas predominantes: os mercados locais semanais e as feiras anuais. Os mercados locais, sob controle de bispos e senhores feudais, destinavam-se principalmente à comercialização do excedente produzido por servos e artesãos. Já as feiras apresentavam caráter mais amplo, reunindo mercadorias de diferentes regiões e funcionando como centros de distribuição e articulação comercial.

Com as grandes navegações e as cruzadas, a atividade comercial expandiu-se consideravelmente, impulsionando o desenvolvimento econômico de diversos países. Ainda na Idade Média, surgiram os mercados modernos no Ocidente europeu, os quais substituíram formas arcaicas de troca. As feiras e os mercados públicos realizados nas áreas centrais das cidades transformaram-se em espaços de encontro, celebração, contratos e negócios, consolidando-se como elementos estruturantes da vida urbana (Cleps, 2006).

Nos séculos XV e XVI, países como Espanha e Portugal destacaram-se na expansão do comércio internacional. Posteriormente, a Revolução Industrial, no século XVIII, intensificou a produção excedente por meio da incorporação de maquinários, ampliando significativamente o volume de mercadorias e, conseqüentemente, as trocas comerciais (Silva; Cleps, 2009). Esse período também provocou profundas alterações na configuração urbana.

Padilha (2006) observa que o avanço do comércio na modernidade transformou o espaço público das cidades. O desenho urbano medieval tornou-se insuficiente diante do crescimento industrial e do aumento das trocas comerciais. A expansão das cidades gerou novas representações de tempo e espaço, imprimindo maior dinamismo às relações sociais e econômicas. Como consequência, surgiram bairros populares e o comércio expandiu-se para além das áreas centrais, atingindo regiões periféricas (Silva e Cleps, 2009).

Queiroz (2011) destaca que o processo de centralização formou o núcleo central de função comercial ou industrial, conhecido como centro tradicional da cidade. Por sua vez, Vasconcelos Filho (2016) acrescenta que o final do século XIX constitui um marco importante nas transformações do núcleo central urbano. Entretanto, o desenvolvimento do espaço urbano não se limitou à consolidação do centro tradicional.

Para Carlos (2007), a produção do espaço urbano gerou novas centralidades e redefiniu funções anteriormente concentradas. A criação de novas áreas comerciais e de serviços decorre tanto de processos de planejamento quanto de transformações econômicas mais amplas. Segundo a autora, as transformações espaciais produzem “centralidades móveis”, associadas a novas formas urbanas multifuncionais, articulando comércio, serviços e lazer.

Reis (2007) identifica duas fases principais no processo de descentralização comercial: a primeira, entre as décadas de 1920 e 1970, marcada pelo surgimento de núcleos secundários; e a segunda, a partir de meados da década de 1970, caracterizada por novos modelos de centralidade intraurbana. Corrêa (2005) relaciona esse fenômeno a fatores econômicos, demográficos e espaciais, vinculados à expansão do sistema capitalista e à realocação das atividades comerciais para diferentes áreas da cidade.

Nesse contexto, a descentralização não implica o desaparecimento do comércio nas áreas centrais, mas sua reconfiguração. Conforme Corrêa (1995, p. 143), “a multiplicação de centros de compra e de serviços, fora do espaço central, é, em grande medida, a resposta ao crescimento da cidade”. O comércio adapta-se às novas condições urbanas, influenciando e sendo influenciado pela dinâmica espacial.

Na perspectiva de Pintaui (2002), comércio e cidade são elementos indissociáveis. Essa proposição permite compreender que as feiras livres não podem ser analisadas apenas como práticas econômicas isoladas, mas como elementos estruturantes da produção do espaço urbano, atuando diretamente na configuração de centralidades e na dinamização das relações socioespaciais.

Para Pintaui (2002), o comércio constitui parte essencial da vida cidadina, interferindo na organização espacial e no modo de vida da sociedade. Silva (2003) reforça que a expansão comercial influencia diretamente o arranjo do tecido urbano, facilitando a circulação e a troca de mercadorias.

De acordo com Vargas (2001), a troca só se realiza porque existe necessidade ou desejo pelo bem. Já Pintaui (2002), destaca que a atividade comercial envolve mais do que o simples ato de comprar e vender, constituindo elemento integrador das relações sociais cotidianas.

É nesse cenário de transformações urbanas e comerciais que se inserem as feiras livres. Situadas tanto em áreas centrais quanto em novas centralidades, elas se configuram como importantes núcleos de comercialização e de interação social. Barbosa (2013) concebe a feira livre como lugar estruturante da cidade, evidenciando sua relevância contemporânea não apenas enquanto espaço de troca mercantil, mas como componente ativo da organização urbana e da dinâmica socioeconômica local.

Assim, ao considerar a relação histórica entre cidade e comércio e as transformações na estrutura urbana, torna-se possível compreender as feiras livres como parte integrante desses processos, articulando permanências e mudanças no interior das cidades.

Na sequência, discute-se a trajetória histórica e espacial das feiras livres, evidenciando as continuidades e as transformações econômicas, urbanas e sociais que articulam as antigas formas de trocas comerciais às feiras contemporâneas inseridas na dinâmica das cidades atuais.

AS FEIRAS LIVRES NAS CIDADES: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Ao longo da história, o ser humano buscou compreender os fenômenos naturais como estratégia para aprimorar suas atividades produtivas. Ao apropriar-se desses saberes e compartilhá-los socialmente, passou a organizar ações coletivas voltadas à sobrevivência e à preservação da espécie. Nesse âmbito, as feiras livres emergem como construções históricas resultantes de práticas cotidianas desenvolvidas por grupos sociais em determinados espaços e tempos (Amorim, 2015).

De acordo com Coêlho (2009), a feira livre constitui um sistema local de comercialização, com dinâmica própria, cujo objetivo é abastecer a população e incentivar o desenvolvimento das atividades agrícolas em uma região específica. Pierri e Valente (2010) complementam que se trata de reuniões regulares realizadas em espaços públicos, nas quais produtores e consumidores efetuam trocas para satisfazer necessidades materiais. Deste modo, as feiras integram os circuitos curtos de comercialização e podem assumir papel estratégico em programas de desenvolvimento local.

Com a sedentarização humana, o cultivo agrícola e a domesticação de animais possibilitaram a geração de excedentes, inaugurando práticas sistemáticas de troca e comercialização (Silva, 2003). À medida que essas trocas se ampliaram, consolidaram-se mercados periódicos que contribuíram para o desenvolvimento urbano. As feiras, portanto, não se restringem à dimensão econômica, mas desempenham funções estruturantes na formação e evolução das sociedades.

Na abordagem de Lima e Sampaio (2009, p. 2), as feiras são vistas:

Como fenômenos econômicos e sociais muito antigos tendo sido consolidados na Idade Média entre Gregos e Romanos. [...] tais práticas são tão antigas que remontam aos primeiros agrupamentos humanos, desde que o homem deixou de ser nômade e fixou-se sobre a terra, domesticando animais e criando a agricultura.

Na Idade Média, especialmente durante o período franco, as feiras eram legalmente protegidas e frequentadas por comerciantes internacionais. Sírios, gregos, berberes, frísios e saxões participavam desses encontros comerciais. Muitas feiras tiveram origem na era romana ou em suas instituições jurídicas, sendo as mais expressivas realizadas em períodos de feriados e peregrinações cristãs (Allix, 1992).

Na Grécia e em Roma, as feiras ultrapassavam a esfera mercantil, incorporando implicações de ordem pública e sendo regulamentadas pelo Estado, que assegurava sua organização e funcionamento (Lima; Sampaio, 2009). Já no período feudal, em uma economia predominantemente agrária, as trocas ocorriam em feiras semanais realizadas em castelos, mosteiros e vilas adjacentes, configurando-se como importantes espaços socioeconômicos (Huberman, 1976).

Conforme Huberman (1976), essas feiras medievais eram de grandes proporções, negociando mercadorias por atacado provenientes de diversas regiões do mundo conhecido. Funcionavam como centros distribuidores onde grandes mercadores realizavam transações de produtos oriundos do Oriente e do Ocidente, do Norte e do Sul. Dessa forma, consolidaram-se como pontos estratégicos de circulação de bens e integração econômica.

As feiras surgiram para atender às demandas da população, facilitando o intercâmbio de produtos e promovendo o dinamismo econômico local. Além disso, eram incentivadas por autoridades locais interessadas em atrair recursos, ampliar o fluxo de pessoas e fomentar a comercialização de produtos comunitários (Amorim, 2015). Barbosa (2013) ressalta que o intenso fluxo de pessoas nas feiras contribuiu para que muitos desses espaços evoluíssem para núcleos urbanos, reforçando sua relevância na formação das cidades.

O impulso das Cruzadas favoreceu a ampliação e consolidação das feiras europeias, especialmente nas cidades italianas de Gênova, Veneza, Pisa e Florença, cuja localização estratégica facilitava o escoamento da produção e a circulação de mercadorias (Costa; Cleps, 2003). Posteriormente, com a crise do feudalismo e a

ascensão do capitalismo, as feiras adaptaram-se às novas dinâmicas econômicas, mantendo sua relevância social e cultural (Lima; Sampaio, 2009).

Segundo Allix (1992), até o final do século XV, as feiras francesas, como as de Flandres e Champagne, destacavam-se na Europa Ocidental, atraindo comerciantes europeus, norte-africanos e asiáticos. Esses eventos fortaleceram redes comerciais e contribuíram para a consolidação de mercados permanentes e sistemas financeiros.

Na contemporaneidade, as feiras configuram-se como espaços diversificados, ricos em bens simbólicos, práticas culturais e expressões identitárias. Barbosa (2013) as define como lugares estruturadores da cidade e de sua formação urbana, que extrapolam a função mercantil ao constituírem territórios de memória, pluralidade cultural e adaptação frente aos impactos da globalização.

Inicialmente instaladas em praças e ruas, com barracas montadas pelos próprios comerciantes, as feiras organizaram-se de forma descentralizada para atender às demandas locais (Lacerda; Mendes, 2019). Enquanto Corrêa (2005) enfatiza a descentralização comercial como resposta ao crescimento urbano, Carlos (2007) aponta para a emergência de novas centralidades.

Articulando essas perspectivas, entende-se que as feiras livres operam simultaneamente como permanência de formas tradicionais e como expressão dessas novas centralidades, revelando sua capacidade de adaptação às dinâmicas contemporâneas do espaço urbano, como a expansão de supermercados e hipermercados.

A capacidade de adaptação das feiras livres revela não apenas resistência, mas reinvenção frente às transformações do comércio contemporâneo. Michellon *et al.* (2008) ressaltam que a diversidade de produtos, a negociação de preços e o atendimento personalizado continuam sendo fatores de atratividade.

Ao longo do tempo, as feiras ultrapassaram sua função estritamente econômica, consolidando-se como entrepostos culturais e sociais. Todavia, torna-se necessário repensar sua gestão e organização, visando promover uma convivência mais harmoniosa entre comunidade, feirantes e poder público.

O próximo subtópico dedica-se à análise da importância da agricultura familiar para a manutenção e o fortalecimento das feiras livres.

A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS EM FEIRAS LIVRES

A agricultura familiar desempenha papel estratégico na produção de alimentos e na geração de empregos no meio rural, estruturando-se em unidades produtivas administradas por pequenos produtores. Para compreender seus aspectos socioeconômicos, torna-se fundamental reconhecer a diversidade das formas familiares existentes e relacioná-las às dinâmicas das feiras livres (Almeida; Malvezzi, 2019).

Segundo Cardoso (2019), agricultores familiares desenvolvem múltiplas atividades nas comunidades, abrangendo desde a produção até a distribuição, seja por meio da venda direta em feiras e pequenos pontos comerciais, seja pelo fornecimento a supermercados, restaurantes e estabelecimentos de regiões próximas.

Em estudo sobre feiras livres na Argentina, Scarabelot e Schneider (2000, p. 102) afirmam que “o papel mais destacado da agricultura familiar continua a ser a agregação de valor à produção agrícola e à transformação desta em produtos e serviços que circulam em nível local”.

Ricotto (2002, p. 8) compreende a feira como:

[...] fenômeno social que permite a possibilidade de estar se construindo uma sociedade diferente, baseada na democracia autêntica, com ênfase na autonomia de seus membros. Para outro grupo de atores [...] as feiras significam, principalmente, o êxito das atividades realizadas com a finalidade de reconverter o setor dos pequenos e médios agricultores [...].

Ribeiro (2007) aponta que as feiras livres impulsionam economias municipais ao fortalecer a agricultura familiar e promover a circulação de recursos destinados ao abastecimento urbano. Tal dinâmica dialoga com as discussões sobre circuitos curtos de comercialização e interdependência entre campo e cidade, evidenciando que esses espaços operam como elos fundamentais entre produção rural e consumo urbano.

No contexto brasileiro, a agricultura familiar é constituída por membros de um mesmo grupo familiar que residem em áreas rurais e se dedicam a atividades agrícolas e não agrícolas. Em geral, operam em pequenas extensões de terra e com limitada qualificação formal, mas gerenciam seus recursos considerando fatores econômicos, materiais e sociais (Roder; Silva, 2013).

Salamoni (2000) destaca que a força de trabalho é majoritariamente composta por integrantes da família, responsáveis pelo abastecimento alimentar rural e urbano, produzindo tanto para autoconsumo quanto para comercialização.

A agricultura familiar é relevante para a manutenção das culturas básicas que compõem a alimentação da população, como feijão, arroz, mandioca, amendoim, cana-de-açúcar, milho, frutas, legumes e verduras (Cruz e Schneider, 2022). Esses produtos abastecem os mercados locais e, muitas vezes, passam por processos de beneficiamento em pequenas agroindústrias, ampliando sua durabilidade.

A feira livre ocorre em espaços públicos que favorecem a integração social, onde semanalmente se comercializam produtos frescos, como verduras, frutas, carnes e derivados. Sendo que, as atividades ali desenvolvidas, seja estas comerciais, culturais e/ou educacionais, contribuem para a construção de territórios materialmente delimitados e simbolicamente circunscritos (Barbosa, 2013).

Wanderley (1999) também caracteriza a agricultura familiar pela centralidade do grupo familiar no controle dos meios de produção. Entretanto, destaca que a posse da terra nem sempre é garantida, pois muitos agricultores acessam-na por meio de arrendamento, cessão ou ocupação.

Santos e Mitja (2012) reconhecem a importância socioeconômica da agricultura familiar no abastecimento alimentar nacional e internacional, mas apontam seu histórico de exclusão das políticas voltadas à produção em larga escala, o que impõe desafios relacionados à competitividade e à globalização.

Nesse cenário, a agricultura familiar contribui para a soberania alimentar ao fortalecer o vínculo entre produção e território. Para Dufumier (2010, p. 271), a agricultura pode ser definida como o “conjunto das práticas técnicas e sociais, através das quais as populações artificializam os ecossistemas” para produzir bens vegetais e animais necessários às sociedades.

Schneider e Gazolla (2017) ampliam o debate acerca das conectividades de valor, compreendendo a cadeia como um sistema de acordos e arranjos que agregam valor ao produto ao longo das diferentes etapas produtivas. Os autores analisam as consequências do modelo agroalimentar hegemônico, marcado pela ampliação de escalas produtivas e pela integração subordinada dos agricultores, o que gera exclusões e impacta negativamente os padrões alimentares.

As cadeias curtas de abastecimento configuram uma abordagem alternativa, fundamentada na sustentabilidade ambiental e social, contrapondo-se à agricultura convencional. Tais circuitos priorizam a relação direta entre produtores e consumidores, fortalecendo economias locais e reduzindo intermediários (Chavante *et al.*, 2019).

Ademais, Rover, Pugas e Souza (2022) acrescentam que os circuitos curtos estimulam políticas públicas orientadas a padrões de consumo mais sustentáveis, embora esse processo exija conscientização dos consumidores quanto à sazonalidade, aos benefícios agroecológicos e aos desafios enfrentados pelos produtores.

Desde a década de 1960, a modernização da agricultura brasileira promoveu a integração entre agricultura e indústria, intensificando o uso de insumos e tecnologias. Contudo, agricultores familiares enfrentaram dificuldades para acompanhar tais transformações, em razão da limitação de recursos e da ausência de políticas inclusivas (Cruz, 2019). A partir dos anos 1970, ampliaram-se as pesquisas sobre a “pequena produção”, consolidando-se, no final dos anos 1980, o conceito de agricultura familiar (Pereira, 2017).

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído pelo Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996, representou um marco decisivo ao reconhecer institucionalmente o segmento e oferecer crédito e apoio específicos (Brasil, 1996; Jayo; Caldas, 2012). Pereira (2017, p. 127) observa que, após a Constituição Federal de 1988, intensificaram-se as políticas públicas voltadas ao setor, como:

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, entre outros.

Rambo, Pozzebom e Dentez (2019) indicam que, diante das exigências da modernização, os circuitos curtos de comercialização emergem como alternativa viável para geração de renda e inclusão produtiva.

Nas feiras livres, identificam-se dois perfis principais: o comerciante-agricultor, que comercializa sua própria produção, mantendo controle sobre qualidade e origem;

e o intermediário, que adquire produtos de terceiros para revenda (Romcy *et al.*, 2021). O chamado “atravessador” é frequentemente criticado por adquirir mercadorias a preços reduzidos e revendê-las com maior margem de lucro, o que pode reduzir a renda dos produtores (Oliveira; Lima, 2017).

A atuação desses intermediários pode comprometer a receita líquida dos pequenos produtores, sobretudo quando comercializam individualmente (Oliveira; Mayorga, 2005). E, como argumenta Souza (2011), a dependência em relação aos atravessadores decorre, em muitos casos, da baixa escolaridade e da limitada experiência em negociação. Isto reforça a necessidade de iniciativas de capacitação e organização coletiva dos agricultores familiares.

Na próxima seção, serão analisadas as feiras livres como espaços de encontro, sociabilidade e construção territorial.

ENTRE A DINÂMICA COMERCIAL E A CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE NAS FEIRAS LIVRES

As feiras livres manifestam-se em múltiplas formas organizacionais e atraem expressivo público por configurarem importantes espaços de convivência social. Para além de ambientes de comercialização, constituem-se como lugares dinâmicos de negócios permeados por redes afetivas. Em um contexto marcado pela informalidade, as relações impessoais típicas do varejo moderno, fundamentadas exclusivamente na troca monetária, cedem lugar a interações mais próximas, nas quais a compra e venda de produtos se entrelaça à troca de saberes e experiências.

Segundo Mason (1996), as feiras livres podem ser compreendidas como espaços sociais completos e, ao mesmo tempo, efêmeros. Podem ocorrer em ruas temporariamente interditadas para sua realização ou em áreas previamente estruturadas e decoradas para esse fim. No primeiro caso, o “dia de feira” reconfigura o espaço urbano, alterando sua paisagem e instaurando uma atmosfera singular na cidade.

Oliveira e Lima (2017) afirmam que o ambiente das feiras é permeado por histórias e vivências, no qual os frequentadores estabelecem relações interpessoais que ultrapassam o âmbito comercial, possibilitando a construção de laços de amizade. Assim, as feiras moldam o cotidiano urbano e preservam expressões culturais locais,

sendo comum a fidelização a determinadas barracas e feirantes, sustentada pela confiança construída ao longo do tempo.

Barbosa (2013, p. 42) ressalta que:

A feira é, reconhecidamente, um espaço – um mundo – de percepções, sentidos e interações, no qual redes de educação, sociabilidades e culturas são tecidas por feirantes e fregueses. Assim, as construções simbólicas inerentes à constituição de territórios fazem desse local, ao mesmo tempo, território funcional e simbólico, pois exerce-se domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”.

Nessa perspectiva, Mason (1996), ao analisar feiras norte-americanas, aponta que esses eventos assumem características festivas em espaços públicos. Embora surjam com a finalidade primordial de realizar negócios, configuram-se também como espaços de celebração, nos quais são promovidas apresentações musicais, danças e outras performances artísticas, reforçando identidades culturais e ampliando o caráter lúdico do evento.

As feiras livres destacam-se, portanto, como locais de entretenimento e vivência coletiva, favorecendo intensa sociabilidade em ambientes públicos marcados pela informalidade. A tradição de “ir à feira” adquire valor simbólico e afetivo, integrando-se ao cotidiano da população. Mascarenhas e Dolzani (2008) observa que os elementos populares presentes nesses espaços evidenciam sua capacidade de promover encontros festivos e fomentar formas específicas de interação social.

A escassez de oportunidades formais de trabalho tem impulsionado o comércio informal, sendo a feira livre um espaço representativo dessa classe trabalhadora composta pelos feirantes (Branco, 2016). Independentemente das circunstâncias que os conduziram a essa atividade, tais comerciantes contribuem para a construção da identidade cultural das cidades em que atuam.

Embora frequentemente associadas à tradição, as feiras livres também expressam contradições do espaço urbano contemporâneo, uma vez que sua permanência pode estar vinculada tanto à resistência cultural quanto à insuficiência de inserção de determinados grupos nos circuitos formais da economia.

Jesus (2016) analisa as feiras como um microcosmo das dimensões econômicas e socioculturais dos municípios, ressaltando que não se trata apenas de

espaços de compra e venda, mas também de encontro e lazer. Nesses ambientes, as pessoas conversam, compartilham conhecimentos e fortalecem vínculos de amizade.

Ao observar o cotidiano dos feirantes, frequentemente considerado banal, Gonçalves e Abdala (2013) admitem a existência de uma densa rede de sociabilidade, marcada por lealdade e solidariedade. O “bate-papo” entre feirantes e fregueses extrapola o utilitarismo do comércio formal, incorporando dimensões simbólicas e afetivas.

Na concepção de Guimarães (2010, p. 3), a feira livre pode ser concebida como “uma possibilidade de integração social, celebração de costumes e estabelecimento de força na rotina”. Nessa mesma linha, Mascarenhas e Dolzani (2008) afirma que, em contraposição ao ambiente impessoal dos supermercados, as feiras constituem um verdadeiro reduto comunitário na cidade contemporânea.

Assim, as feiras livres configuram-se como espaços privilegiados de sociabilidade, nos quais as transações comerciais coexistem com interações sociais e trocas de saberes. Na sequência, apresenta-se uma breve caracterização das feiras livres no espaço urbano brasileiro.

DA COLÔNIA À CONTEMPORANEIDADE: AS FEIRAS LIVRES NO BRASIL

No Brasil, as feiras livres remontam ao período colonial, momento em que surgiu a necessidade de organizar a comercialização de diferentes produtos, como gêneros alimentícios, metais preciosos e outros artefatos. Nesse cenário, os feirantes passaram a se reunir em locais previamente determinados, em dias específicos, para realizar suas atividades comerciais.

O primeiro registro oficial de feira no Brasil data de 1548, com o envio de um regimento ao Governo-Geral por determinação do rei Dom João III. O documento estabelecia que as feiras poderiam ocorrer semanalmente ou com maior frequência, conforme a necessidade local, visando abastecer a população e organizar a produção para futura exportação. Entretanto, tal determinação não foi plenamente cumprida. Quatro décadas depois, um novo documento foi encaminhado ao governador da Bahia, ordenando a criação de feiras nas vilas da capitania para facilitar a compra e venda de produtos essenciais.

Ao longo do tempo, as feiras consolidaram-se como formas tradicionais de comércio e lazer, contribuindo para o desenvolvimento econômico. Nas cidades brasileiras, é comum que ocorram semanalmente em avenidas, ruas e praças previamente estabelecidas.

Branco (2016) aponta duas grandes feiras tradicionais no Brasil: a Feira de Caruaru, em Pernambuco, originada no final do século XVIII, e o Ver-o-Peso, em Belém do Pará, iniciado no século XVII. Ambas alcançaram reconhecimento como patrimônios culturais, dada sua relevância histórica e social.

Para Guimarães (2010), a feira livre, sobretudo a de caráter hortifrutigranjeiro, reafirma a identidade do povo brasileiro ao valorizar costumes, cultura popular e integração social. No Nordeste, as feiras desempenham papel fundamental não apenas na esfera comercial, mas também na organização sociocultural e espacial das localidades. Cardoso e Maia (2007) ressaltam que, embora as feiras estejam presentes em diversas cidades brasileiras, no Nordeste assumem centralidade singular na dinâmica urbana, como ocorreu historicamente em cidades como Campina Grande (PB).

Ao estudar as feiras nordestinas, Garcia (1992) evidenciou sua importância na articulação de diferentes grupos sociais, destacando a predominância masculina na atividade comercial, mesmo com o crescimento da participação feminina, o que suscita reflexões sobre a divisão sexual do trabalho.

Cardoso e Maia (2007) analisaram a relação entre produção, consumo e comercialização da agricultura familiar no Nordeste, demonstrando que, durante as feiras semanais, os agricultores realizavam cálculos econômicos para definir o volume de produtos destinados à venda. O excedente da produção era comercializado para suprir a aquisição de alimentos não produzidos no próprio sítio, tornando a feira elemento indispensável à reprodução social dessas famílias.

Mascarenhas e Dolzani (2008) enfatizam que as feiras constituem categoria de interesse tanto para os municípios quanto para a população, pois garantem a distribuição de alimentos em âmbito local e regional. Esses espaços favorecem a construção de vivências e trocas simbólicas, fortalecendo relações sociais por meio de notícias, músicas, gastronomias e danças.

Por fim, apresentam-se as considerações finais da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas neste estudo permitem compreender que as feiras livres extrapolam a condição de espaços tradicionais de comercialização, configurando-se como elementos ativos na produção e organização do espaço urbano. Ao longo do trabalho, evidenciou-se que tais práticas articulam dimensões econômicas, sociais e culturais, desempenhando papel relevante na dinamização do comércio e na constituição de relações socioespaciais no contexto urbano.

Observou-se que, embora frequentemente associadas à tradição, as feiras livres apresentam significativa capacidade de adaptação às transformações contemporâneas do comércio e da urbanização. Nesse sentido, sua permanência não deve ser interpretada como simples resquício de formas pretéritas, mas como expressão de dinâmicas híbridas, nas quais coexistem práticas tradicionais e lógicas modernas de circulação e consumo.

A partir da articulação das contribuições teóricas analisadas, argumenta-se que as feiras livres desempenham papel estratégico na mediação entre campo e cidade, na valorização de circuitos curtos de comercialização e na manutenção de formas de economia local. Além disso, constituem espaços privilegiados de sociabilidade, nos quais se estabelecem relações de proximidade, confiança e troca, que extrapolam a lógica estritamente mercantil.

Como contribuição, o presente estudo avança ao propor uma leitura integrada das feiras livres enquanto fenômeno socioespacial, evidenciando sua inserção na produção do espaço urbano e sua relevância para a compreensão das dinâmicas do comércio nas cidades. Tal abordagem permite superar análises fragmentadas, reforçando a necessidade de compreender esses espaços a partir de suas múltiplas dimensões e de seu papel ativo na organização urbana.

Por fim, destaca-se a importância de aprofundar investigações empíricas que considerem as especificidades locais das feiras livres, ampliando a compreensão de suas dinâmicas e contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessas práticas no contexto urbano contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALLIX, A. The Geography of Fairs: Illustrated by Old-World Examples. **Geographical Review**, [S./l.], v. 12, n. 4, p. 532-569, 1992.

ALMEIDA, M. R. S.; MALVEZZI, F. de A. **Caracterização da agricultura familiar no município de Benjamin Constant**: uma análise com os agricultores familiares da estrada do Umarizal. Tabatinga, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Agrárias) – Instituto Federal do Amazonas, Tabatinga, 2019.

AMORIM, C. R. G. de. **O sagrado da feira livre do bairro Vila Nova em São Mateus**: um estudo sobre o perfil de feirantes e fregueses. São Mateus, 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2015.

BARBOSA, A. C. da S. **Riqueza que mexe com os sentidos**: feira livre de Senhor do Bonfim. Salvador, 2013. Dissertação (Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2013.

BRANCO, L. C. A. C. **A feira livre de porto nacional - TO**: espaço de comercialização, socialização e resgate cultural. Tocantins, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 11 mar. 2026.

CARDOSO, C. A. de A.; MAIA, D. S. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do Nordeste. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CARDOSO, L. J. P. **Feiras de bairro como campo de trabalho e renda para agricultores familiares em Cruz das Almas**. Cruz das Almas, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão de Cooperativas do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2019.

CARLOS, A. F. A. **Espaço Urbano**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p.

CHAVANTE, B. S. de O.; BUENAVENTURA, I.; SOUZA, R. da P.; SILVA, T. F. do A.; FREITAS, C. G. de; VASCONCELOS, J. C. Circuito curto de comercialização de alimentos orgânicos: "encurtando caminhos entre produtores e consumidores". In: **Projeto "Encurtando caminhos"**: circuitos curtos de comercialização CCC para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Nordeste Paraense. Castanhal: IFPA, 2019. 20 p.

CLEPS, G. D. G. O comércio e a cidade: novas territorialidades urbanas. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, [S. l.], v. 16, n. 30, 2006. Disponível

em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9183>. Acesso em: 11 mar. 2026. DOI: [10.14393/SN-v16-2004-9183](https://doi.org/10.14393/SN-v16-2004-9183)

COÊLHO, J. D. **Feiras livres de Cascavel e Ocara**: caracterização, análise de renda e formas de governança dos feirantes. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

CORREIA, R. L. Área Central – mudanças e permanências: uma retrospectiva. In: **Anais – IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Cidades: Territorialidade, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus, 2005.

_____. **O espaço urbano**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COSTA, A. F.; CLEPS, G. D. G. A inserção da feira-livre no espaço urbano de Uberaba-MG. In: **II Simpósio Regional de Geografia "Perspectivas para o Cerrado no século XXI"**. Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Geografia, 26 a 29 de novembro de 2003.

CRUZ, M. S. da. **Do campo para a cidade**: estudo sobre feiras livres, abastecimento urbano e comercialização da agricultura familiar no Alto Jequitinhonha. Montes Claros, 2019. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território) - Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

CRUZ, M. S. da; SCHNEIDER, S. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. Raízes. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, 2022, p. 93-113. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/769>. Acesso em: 11 mar. 2026.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. Tradução Vitor de Athayde Couto. 2. ed. Salvador: EDUFA, 2010. 326 p.

FREIRE, A. L. O. O desenvolvimento do comércio e a produção do espaço urbano. **GeoTextos**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4829>. Acesso em: 11 mar. 2026.

GARCIA, M. F. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 19, 1992. Disponível em: <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/producoes-em-periodicos-cientificos/o-segundo-sexo-do-comercio-camponesas-e-negocio-no-nordeste-do>. Acesso em: 12 mar. 2026.

GIANNECHINI, L. M.; AZEVEDO, M. M. S.; BOTELHO, R. A. **Feira livre também é cultura!** – feiras livres como espaços de intensa sociabilidade na cidade de São Paulo. São Paulo: Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, 2007.

GONÇALVES, A. O.; ABDALA, M. C. Na banca do 'seu' Pedro é tudo mais gostoso: personalidade e sociabilidade na feira-livre, **Ponto Urbe [Online]**, v. 12, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/528>. Acesso em: 11 mar. 2026. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.528>

GUIMARÃES, C. A. **A feira livre na celebração da cultura popular**. São Paulo, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Cultural e Organização de Eventos) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1976.

JAYO, M.; CALDAS, E. L.; Ação coletiva e desenvolvimento local: o caso de Poço Verde. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, São Paulo, v. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvcasos/article/view/4054>. Acesso em: 12 mar. 2026. DOI: 10.12660/gvcasosv2n2c8.

JESUS, G. M. de. Modernidade urbana e flexibilidade tropical: as feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 29–42, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/21760>. Acesso em: 22 abr. 2026.

LACERDA, F. R.; MENDES, G. F. A feira como lugar de memória: imagem, patrimônio e tradição na produção do espaço geográfico. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 141–154, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/94099>. Acesso em: 22 abr. 2026. DOI: 10.22456/1982-0003.94099.

LIMA, A. E. F.; SAMPAIO, J. L. F. Aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara - Ceará: relações e trocas. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009, p. 1-19.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea, **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72–87, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/4710>. Acesso em: 12 mar. 2026. DOI: 10.5216/ag.v2i2.4710.

MASON, J. D. Street Fairs: Social Space, Social Performance. **TheatreJournal**, [S.l.], v. 48, n. 3, p. 301-319, 1996.

MICHELLON, E.; COSTA, T.; STRÖHER, G. J.; CAMACHO, L. S.; PEREIRA, P. S. Rede de Dinamização das Feiras da Agricultura Familiar – REDIfeira: Uma alternativa para a inclusão socioeconômica das famílias rurais. In: **Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco, 2008, p. 1-12.

MORAIS, I. R. D.; ARAÚJO, M. A. A. de. Territorialidades e Sociabilidades na Feira Livre da Cidade de Caicó (RN). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 17, p.

244–249, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15406>. Acesso em: 22 abr. 2026. DOI: [10.14393/RCG71715406](https://doi.org/10.14393/RCG71715406).

OLIVEIRA, A. D. S.; MAYORGA, M. I. de O. Os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola: um estudo de caso. In: **Anais do XLIII SOBER**, Ribeirão Preto, 2005, p. 1-15.

OLIVEIRA, M. S. de; LIMA, J. R. O. Feiras Livres: Uma Manifestação Natural e Espontânea de Economia Popular e Solidária. In: **Anais do XV Semana de Economia e I Encontro de Egressos de Economia**, Bahia, 2017, p. 1-12.

PADILHA, V. **Shopping Center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEREIRA, M. L. **Perspectiva histórica da agricultura familiar no Brasil: abrangência conceitual e alterações legislativas**. 2017. 184p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar. In: **Anais do Congresso da sober**, Brasília, 2010, p. 1-15.

PINTAUDI, S. M. A cidade e as formas de comércio. In.: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

QUEIROZ, T. A. N. de. O Processo de Descentralização e as Novas Centralidades em Natal–RN. **Revista Eletrônica de Geografia**, Natal, v. 8, n. 3, p. 105-125, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/45310>. Acesso em: 11 mar. 2026.

RAMBO, A. G.; POZZEBOM, L.; DENTZ, E. V. Circuitos curtos de comercialização e novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. **Revista Grifos**, v. 28, n. 46, p. 9-26, 2019. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4415>. Acesso em: 12 mar. 2026. DOI: 10.22295/grifos.v28i46.4415.

REIS, L. C. T. dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na Grande Vitória – ES**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, E. M. **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

RICOTTO, A. J. **Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das feiras livres de Misiones, Argentina**. 2002. 152p.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RODER, E. S. F.; SILVA, E. L. Agricultura familiar e as teses de doutorado no Brasil. **Transinformação**, v. 25, p. 111-126, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/V8JvFVcmdgYgpSjVzWN4dRR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2026.

ROMCY, P. O. de; MOLINO, J. P.; AGRA, Y. dos S.; SILVA, W. V. V. da. Território e feira livre em Santana do Ipanema/AL: apontamentos de pesquisa. In: **Agroecologia: Métodos e Técnicas para uma Agricultura Sustentável**, v. 4, p. 121-133, 2021.

ROVER, O. J.; PUGAS, da S. Adevan; SOUZA, M. C. de. Circuitos curtos de comercialização e mecanismos de controle na agricultura orgânica: analisando o potencial de formação de cinturões verdes agroecológicos. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 16, n. 43 Dez., p. 378-399, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/61050>. Acesso em: 12 mar. 2026. DOI: [10.14393/RCT164316](https://doi.org/10.14393/RCT164316).

SALAMONI, G. **Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS**. 2000. 331f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2000.

SANTOS, A. M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas. PA. **Interações**, v. 13, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/ZR3nDZyGHJRyztng3NVdX4m/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, [S. l.], v. 14, n. 19, p. 101, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8028>. Acesso em: 12 mar. 2026. DOI: [10.48075/rfc.v14i19.8028](https://doi.org/10.48075/rfc.v14i19.8028).

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017, p. 9-25.

SILVA, C. H. C. **O tempo e o espaço do comércio 24 horas na metrópole paulista**. 2003. 208f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

SILVA, R. R. da.; CLEPS, G. D. G. O comércio, a cidade e a expansão da socioeconômica solidária na Mesorregião Triângulo Mineiro: Alto Paranaíba. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em:

<https://www.semanticscholar.org/paper/O-Com%C3%A9rcio%2C-A-Cidade-E-A-Expans%C3%A3o-Da-Socioeconomia-Silva-Cleps/18816af44ecce6b8fa325dd9f25942b0487f2d13>. Acesso em: 11 mar. 2026.

SOUZA, J. R. M. de. **A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca-PB**: Sítios Oití, Santo Antônio, Alvinho e Floriano. 2011. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

VARGAS, H. C. **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: Senac, 2001.

VASCONCELOS FILHO, J. M. de. A importância da área central e suas contribuições para a compreensão e análise da cidade: em discussão o processo de segregação socioespacial. **Revista GeoSertões**, Campina Grande, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>. Acesso em 12 mar. 2026.

WANDERLEY, M. de N. D. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas, v. 3, 1999, p. 21-55.